Epistemologia da prática na Educação Infantil: reflexões sobre interculturalidade e BNCC

Epistemology of practice in Early Childhood Education: reflections on interculturality and BNCC

Ana Paula dos Santos de Morais^{1*}, Antonia Dalva França Carvalho¹, Antonio Cardoso do Amaral²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa sobre a epistemologia da prática na Educação Infantil, tomando como base a BNCC na perspectiva da interculturalidade. O estudo tem natureza qualitativa e se baseia em referenciais teóricos que abordam a interculturalidade na educação. Para analisar, descrever como a BNCC apresentamos categorias como cultura, identidade e interculturalidade (MELO; RIBEIRO, 2019; CANDAU, 2016), dentre outros. Os resultados sinalizam que a BNCC preconiza o respeito às culturas e diferenças entre as pessoas, por meio do direito de *conviver*. Contudo, este direito necessita ser garantido pela escola, por meio de um planejamento rigoroso de atividades pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento da competência intercultural, capaz de ampliar o diálogo sobre a riqueza de cada cultura. Esta opção evidencia uma epistemologia da prática na Educação Infantil que, indubitavelmente, fomenta a internalização da inclusão e respeito às diferenças, a constituição da identidade e a formação integral da criança.

Palavras-chave: BNCC; Educação Infantil; Interculturalidade.

ABSTRACT

This work aims to present research on the epistemology of practice in Early Childhood Education, based on BNCC from the perspective of interculturality. The study is qualitative in nature and is based on theoretical references that address interculturality in education. To analyze, describe how bncc presents categories such as culture, identity and interculturality (MELO; RIBEIRO, 2019; CANDAU, 2016), among others. The results indicate that the BNCC advocates respect for cultures and differences between people, through the right to *live together*. However, this right needs to be guaranteed by the school, through a rigorous planning of pedagogical activities that favor the development of intercultural competence, capable of broadening the dialogue about the richness of each culture. This option is an epistemology of the practice in Early Childhood Education, which undoubtedly promotes the internalization of inclusion and respect for differences, the constitution of identity and the integral formation of the child.

Keywords: BNCC; Early Childhood Education; Interculturality.

¹ Universidade Federal do Piauí-UFPI. *E-mail: anynha.morais16@gmail.com

INTRODUÇÃO

No final de 2017, o Ministério da Educação (MEC) aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo, de caráter obrigatório, que contempla diretrizes de aprendizagem baseadas em competências e habilidades consideradas necessárias no cenário educacional. No âmbito da Educação Infantil, o foco desse documento é o desenvolvimento de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, vinculados à concepção de educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.

Já no final de 2018, o MEC instituiu a BNCC na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), sendo a etapa final da Educação Básica, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

Considerando dois eixos estruturantes das práticas pedagógicas (interações e brincadeiras) e as competências gerais da Educação Básica, a BNCC da Educação Infantil apresenta seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento cujo propósito é assegurar que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes nos quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2018).

No tocante a esses direitos, dois chamaram a nossa atenção por enfatizarem aspectos relacionados a identidade cultural, interculturalidade e respeito às diferenças. O direito de aprendizagem número um tem como proposta: “conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas” (BRASIL, 2018, p. 38). O direito de aprendizagem número seis enfatiza a necessidade do autoconhecimento e a construção da identidade pessoal, social e cultural, [...] e nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2018, p. 38).

Para desenvolver esses direitos de aprendizagem, o papel das professoras e professores da Educação Infantil é desenvolver situações de aprendizagem que desafiem as crianças a mobilizarem conhecimentos já adquiridos, adquirirem novos conhecimentos, pois, quando chegam ao ambiente escolar, as crianças já trazem consigo

coisas que aprenderam em casa com suas famílias, e isso pode e deve ser considerado na busca de novos conhecimentos. São essas situações de interações através das brincadeiras que possibilitarão o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas

Nesse contexto ressalta-se que as crianças possuem seu próprio modo de compreender e conhecer o mundo. Cabe ao professor favorecer mediações que ajudem-as a construir o seu conhecimento por meio de suas experiências e ampliar as possibilidades de sua autonomia. Na Educação Infantil é essencial ter como base o cuidar e educar e as práticas educativas devem proporcionar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando as possibilidades de aprendizagem das diferentes faixas etárias. Para isso, faz-se necessário que os profissionais propiciem as crianças o desenvolvimento de capacidades de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

As crianças são protagonistas de sua própria história, razão pela qual os educadores devem considerar o que falam e ouvir atentamente seus desejos, mediando sua relação com o conhecimento e contribuindo para seu desenvolvimento cognitivo com respeito às diferenças culturais. De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento cognitivo acontece por meio das interações sociais, o sistema simbólico criado pela cultura propicia interações ricas para a criança. Deste modo, a interação do educador- criança com os instrumentos adequados e objetivos claros tendo intencionalidade na ação educativa pode contribuir com o desenvolvimento da criança em diversos sentidos tanto o social como a aprendizagem, tendo em vista a realidade dos envolvidos neste processo.

A interculturalidade oportuniza uma riqueza de aprendizagens, devendo ser trabalhada com intencionalidade no ambiente escolar, criando espaços de saberes, conhecimento, respeito. O desenvolvimento da competência intercultural pode possibilitar a consciência das diferenças culturais e dialogar sobre a riqueza de cada cultura. A música contribui para trabalhar a cultura no espaço escolar e possibilitar novas vivências. A BNCC deixa a critério das instituições de ensino trabalhar a cultura local, regional, da comunidade com as crianças valorizando suas crenças, singularidades e cultura.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a BNCC na perspectiva da interculturalidade e valorização da identidade cultural na epistemologia da Educação Infantil. As discussões empreendidas nesse trabalho partiram do seguinte questionamento: como a BNCC aborda a identidade, cultura e interculturalidade na Educação Infantil?

Para verificar, descrever como a BNCC apresenta a cultura, identidade e interculturalidade a análise documental da BNCC da Educação Infantil que pode ser entendida como uma série de operações que visa estudar e analisar um, ou vários documentos. Também é “[...] definida como a que tem como objeto não os fenômenos sociais, quando e como se produzem, mas as manifestações que registram estes fenômenos e as ideias elaboradas a partir deles” (RICHARDSON, 2012, p. 228).

Podemos observar que o conhecimento sobre o fazer docente é uma constituição de saberes que foram arraigados desde muitos séculos, sobre a profissão professor, Nóvoa (1999) explica que teve seu surgimento no seio de algumas congregações religiosas, que foram denominadas de congregações docentes, tendo um corpo de saberes, técnicas, conjunto de normas, valores da profissão docente. No século XVIII não era mais permitido ensinar sem a licença do estado, podemos entender que esse processo sucedeu em uma profissionalização da atividade docente e tendo a elaboração dos conhecimentos pedagógicos com um corpo de saberes e normas da profissão docente, com papel essencial na elaboração dos conhecimentos pedagógicos. Trata-se de um estudo importante, uma vez que, o desenvolvimento da competência intercultural possibilita às pessoas a consciência das diferenças culturais, ampliando o diálogo sobre a riqueza de cada cultura, contribuindo para inclusão e respeito às diferenças no processo educativo para a construção da identidade e a formação integral da criança.

EDUCAÇÃO INFANTIL: IDENTIDADE, CULTURA E INTERCULTURALIDADE

A escola de Educação Infantil é permeada por uma epistemologia, sendo um espaço institucional que deve ser significativo para constituição da cidadania da criança, podendo ser o centro das ações para garantir seu desenvolvimento. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394/96, a Educação Infantil é definida conforme Art. 29, como a primeira etapa da Educação Básica, cujo objetivo principal é o desenvolvimento integral da criança até 5anos, de modo que se desenvolvam em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. A participação da família e comunidade é essencial nesse processo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) (2010), ao tratarem sobre a proposta pedagógica das instituições de Educação infantil inferem que estas devem garantir suas funções sociopolíticas e pedagógica “[...] promovendo a

igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância”. As crianças desde a Educação Infantil começam a conhecer as diferentes culturas, sendo papel das instituições garantirem plenamente o ensino, em sua proposta pedagógica (BRASIL, 2010, p. 17).

Em se tratando da interculturalidade e valorização da diversidade cultural, a BNCC contempla competências gerais voltadas especificamente para esta temática, entre elas:

[...]

3. valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

[...]

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

[...]

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 9-10).

É válido ressaltar que o texto do documento enfatiza que as competências gerais se inter-relacionam e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica, incluindo a Educação Infantil.

No que se refere à abrangência do currículo escolar, a BNCC retoma o Art. 26 da LDB, segundo o qual os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2018). Assim, o documento estabelece conhecimentos valorizados em um contexto global, mas também reconhece a necessidade da contextualização dos saberes através da valorização da cultura local, social e individual dos estudantes e de suas comunidades.

Tal perspectiva dialoga com o conceito de interculturalidade, pois implica em desenvolver nos educando a capacidade de respeitar a diversidade cultural dos diferentes

grupos, bem como ampliar o diálogo sobre o respeito às diferenças, questões essas que são essenciais para formação humana e social.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, em 2010, foi promulgada as novas DCN, sendo apresentado o conceito de contextualização, passando por uma nova reformulação e interpretação, sendo compreendido como, “a inclusão, a valorização das diferenças e ao atendimento a pluralidade e a diversidade cultural resgatando as várias manifestações de cada comunidade” (BRASIL, 2018, p.11). A BNCC para a Educação Infantil enfatiza a necessidade de “[...] contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas” (BRASIL, 2018, p.16). O conjunto de orientações desses documentos são relevantes para desenvolver processos educativos sintonizados com as diferentes realidades e contextos culturais em que as crianças estão inseridas.

A Educação Infantil no contexto da educação básica é o início do processo educacional sendo importante no planejamento pedagógico articular vivências e conhecimento construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto da comunidade, e articulá-los em sua proposta pedagógica. Assim, o professor tem papel importante ao trabalhar a cultura e nesse processo construir um conceito de diversidade aos pequenos. Podemos analisar que, esse aspecto nem sempre é levado em nível de profundidade para proporcionar uma compreensão maior sobre a cultura e as diferenças culturais.

A exemplo dessa questão, “o dia do índio” é tratado nas instituições sem riqueza cultural para as crianças, “no sentido de folclorização do outro sem considerar a história e cultura dos diferentes grupos socioculturais” sendo trabalhado por meio de atividades “que empobrecem o poder crítico e criativo das crianças, omitindo as belezas, as riquezas e a história dos povos indígenas” Melo e Ribeiro (2019, p.7). O planejamento pedagógico de determinadas temáticas possibilita a inclusão cultural na sociedade e ao trabalhar as diferenças culturais o professor possibilita que a criança conheça e reflita sobre as diferenças.

A criança tem voz, pensa, questiona, interage, fala sobre o que pensa e como observa o mundo a sua volta. O professor poder oferecer a possibilidade de incluir a temática diversidade cultural em um planejamento orientado. Mas, esse é um desafio que Melo e Ribeiro (2019, p.7) enfatiza desenvolver um trabalho culturalmente orientado à

escola da infância de forma significativa, contextualizada e bem fundamentada. Ao contrário disso, os autores referem que, “as instituições educativas reforçam preconceitos e estereótipos ancorados na realização de atividades enfadonhas como pinturas no rosto, recorte de penas” e nessas atividades a criança constrói certa concepção do que é o índio com pobreza de conhecimentos a respeito dessa cultura.

Morais e França-Carvalho (2021) pontuam em relação a prática docente para uma práxis pedagógica no espaço escolar, analisando como uma construção cultural, pois envolve a prática educativa da sociedade, valores, crenças, saberes dos professores do passado e presente que são reformulados para as necessidades da atual educação. A práxis pedagógica é um movimento constante de reflexão, análise, é um processo intencional de intervenção social. O professor utiliza a teoria e prática promovendo mudanças no processo de ensino e aprendizagem. A práxis pedagógica no espaço escolar na Educação Infantil, podemos observar na mudança de práticas para que promovam a inclusão, respeito.

A BNCC aborda que “[...] a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade” (BRASIL, 2018, p. 37). A criança constrói cultura por meio das brincadeiras, interações, vive experiências que possibilita construir conhecimento, aprendizagem, desenvolvimento com seus pares.

Relacionando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil é possível observar que em cada um é pontuado aspectos relacionados a cultura. O *conviver* “respeito à cultura e às diferenças entre as pessoas”, *brincar* “ampliando e diversificando seu acesso a produção cultural”, *participar* “elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando”, *explorar* “ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia”, *expressar* “sujeito dialógico”, *comunicar-se* “construir sua identidade pessoal, social e cultural” (BRASIL, 2018). O documento esclarece que é essencial a intencionalidade educativa nas práticas pedagógicas do professor ao trabalhar com os direitos de aprendizagem na Educação Infantil, permitindo a criança conhecer a si e o outro, compreendendo as relações com a cultura.

No quadro abaixo exemplificamos alguns objetivos de aprendizagem propostos pela BNCC que dialogam diretamente com a valorização da identidade cultural, respeito às diferenças e interculturalidade.

Quadro 1 - Objetivos de aprendizagem

- (EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.
- (EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.
- (EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.
- (EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.
- (EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.
- (EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.

Fonte: BRASIL (2018, p. 45-49).

A garantia dos direitos das crianças inclui a oportunidade de participar de brincadeira, ter atenção individual, acessar ambientes aconchegantes, seguros e estimulantes, ter contato com a natureza, ser assistidas em suas necessidades de higiene, saúde, alimentação saudável, desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão, receber proteção, afeto e amizade, desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa, entre outras possibilidades.

Sobre a questão da cultura, podemos analisar que o direito de aprendizagem em conviver com diferentes culturas é um aspecto da interculturalidade, a qual compreende vários processos de interação que contribuem para as crianças cultivar ligações com base em princípios com respeito. O brincar é essencial na Educação Infantil, com esse direito de aprendizagem é observado outro aspecto cultural a ampliação da diversidade ao acesso a produção cultural, diferentes brincadeiras com riqueza cultural que possibilitam conhecer culturas diferentes e conhecer sua história. O participar, elaborar conhecimento é poder conhecer, interagir, refletir para poder decidir e se posicionar a criança tem esse direito, assim como o direito de comunicar-se e nessa interação construir sua identidade pessoal, social e cultural. A BNCC apresenta muitos aspectos da interculturalidade em direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, reafirmando a importância da intencionalidade nas práticas educativas.

O ESPAÇO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC

O espaço é compreendido como elemento curricular, recurso pedagógico, que auxilia na prática educativa para o professor. Sendo meio que possibilita aprendizagens para as crianças por meio da interação, objetos, natureza, brincadeiras. O professor no ambiente escolar reflete sobre ações que podem ser desenvolvidas para criar ambientes de aprendizagens, “[...] observa, registra, interfere, oportuniza novos espaços e situações para que a construção do conhecimento ocorra de maneira cada vez mais rica e interessante para as crianças” (HORN, 2004, p. 31).

A educação passou a ser obrigatória para crianças de 4 e 5 anos apenas com a Ementa Constitucional nº59/2009, que determina a obrigatoriedade da Educação básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrículas de todas as crianças de 4 a 5 anos em instituições de Educação Infantil.

A criança é definida nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), em seu Artigo 4º, como:

“[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009, p.1).

A criança se desenvolve na interação com o outro, as relações que são favorecidas interferem na aprendizagem, pensamento e aos poucos é constituída sua identidade, os valores da cultura a qual faz parte. A escola é um pequeno espaço que apresenta relações sócias da vida em sociedade, é também espaço onde as crianças constroem conceitos, observam diferentes comportamentos, brincam, observam, questionam, vivenciam intensamente o espaço da creche e pré-escola, “os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2018, pg.40). A criança constitui saberes plurais sobre a vida no seu “universo” infantil e são construídos no cotidiano nas interações sócias, sendo que escola e família ocupam papel essencial na formação da identidade da criança.

Esses saberes podem ser propiciados pelas experiências, na BNCC se organizam referente aos campos de experiência da seguinte maneira: O eu, o outro e o nós e nessas interações a criança vai constituindo um modo próprio de pensar. Corpo, gestos e

movimentos, as crianças desde cedo exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno. Traços, sons, cores e formas, “[...] a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços” para desenvolver a criatividade, sensibilidade, conhecer a cultura ampliar suas experiências (BRASIL, 2018, p.41). Escuta, fala, pensamento e imaginação, sendo essencial nesta etapa, a promoção de experiências que possibilitem as crianças desenvolverem a fala, ouvindo e interagindo na cultura oral.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações “as crianças vivem inseridas em espaço e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos e socioculturais [...] a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos” (BRASIL, 2018, p.42-43). A curiosidade é própria da criança, os questionamentos para entender o motivo das coisas, do mundo em que vive, é uma busca para compreender o meio social que vive e o motivo das coisas serem desse jeito, família e escola passam ensinamentos que envolve a construção da subjetividade da criança.

O espaço escolar tem sua epistemologia, escola e vida estão interligadas, são ambientes vivos que germinam saberes em constante transformação, reformulações. O conhecimento está em seus sujeitos, espaços, na aprendizagem infantil, é como se fosse à natureza que está em constante transformação e evolução. Com olhar atento e reflexivo aos poucos começa a se manifestar as formas de vida e os micros agentes do meio que favorecem o seu desenvolvimento. Na semente que germina que vai se desenvolvendo no espaço com luz, sol, água e os nutrientes do solo que vão nutrindo com o tempo a pequena semente. Com as crianças podemos refletir que os nutrientes são as interações que possibilitam o seu desenvolvimento integral na constituição da sua identidade, conhecimento sobre a cultura e as diferenças culturais.

Nos campos de experiências na educação Infantil em eixos estruturantes apresenta as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Por meio das interações e brincadeiras que são assegurados o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se, conhecer-se. Sendo na organização curricular da Educação Infantil na BNCC os cinco campos de experiências, objetivos de aprendizagens e desenvolvimentos que “constituem um arranjo curricular que acolhe situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem do patrimônio cultural” (BRASIL, 2018, p.40), sendo no ambiente escolar que a criança brinca, aprende e nesse espaço que passa grande parte da infância.

Por meio das brincadeiras as crianças representam papéis sociais, refletindo o que pensam e a maneira como compreendem as relações sociais. Na escola inclusiva é preciso espaços para construção da cidadania, a criança é conduzida gradualmente para compreender a sociedade, os espaços que vive é fonte de significados, conhecimento. A sua casa é o primeiro espaço social que aprende os primeiros valores, a família é seu primeiro lar onde tem toda atenção sendo cercada por pessoas que educam e passam as primeiras regras sociais. A escola é o segundo espaço que geralmente conhecem o outro e como sua relação com o outro influencia o meio.

O espaço escolar é o ambiente, em que, as crianças chegam com conhecimentos e compartilha seus conhecimentos sobre a família, vivências e experiências da sua comunidade, nesse processo os saberes são reformulados na interação com os pares no espaço escolar.

De acordo com o DCNEI, o currículo na Educação Infantil articula saberes, experiências das crianças colocando a valorização das diferenças culturais (BRASIL, 2009). A definição e a denominação dos campos de experiência na BNCC se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências.

A cultura, identidade é contemplando na BNCC na Educação Infantil, sendo papel das instituições de ensino e os educadores favorecem em seus planejamentos pedagógicos esses conhecimentos e saberes de maneira articulada com intencionalidade educativa favorecendo a inclusão. Santiago, Akkai e Marques (2013) inferem sobre a formação do professor que é importante construir práticas pedagógicas interculturais que sejam inovadoras trabalhando com a pesquisa e reflexão da prática docente. A BNCC enfatiza que “[...] parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto de práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovem o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2018, p.39), nesse sentido o educador é essencial para acompanhar o desenvolvimento das crianças e garantir os direitos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, foi possível analisar sobre a interculturalidade, cultura e identidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com foco na Educação Infantil, outros documentos importantes como as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (DCNEI), Leis e artigos orientou as análises desse trabalho. Podemos concluir que a BNCC de maneira clara pontua sobre a importância da cultura, diversidade cultural de ser trabalhada desde a Educação Infantil com intencionalidade educativa nas práticas pedagógicas.

A diversidade cultural que o Brasil possui deve ser respeitada e considerada em cada instituição de ensino, sendo inserida no currículo da Educação Infantil de acordo com a cultura regional da comunidade. É papel das instituições possibilitar que a interculturalidade possa ser bem trabalhada no espaço educativo com diferentes práticas pedagógicas que possam incorporar novos valores. O que a BNCC deixa como básico comum são as competências e diretrizes, garantido as aprendizagens essenciais. O currículo pode ser contextualizado, cada escola tem a liberdade de complementar de acordo com a cultura local.

Mas, um dos desafios é justamente as instituições trabalhar com intencionalidade educativa temáticas tão importantes com riqueza cultural para poder garantir o desenvolvimento da competência intercultural e possibilitar a consciência das diferenças culturais, as crianças são protagonistas de sua própria história, tendo em vista esse sujeito ativo o educador deve considerar o que fala e ouvir atentamente seus desejos, mediando as interações com conhecimento contribuindo para inclusão social das diferenças.

A epistemologia da Educação Infantil está nas práticas pedagógicas, no espaço escolar, nos documentos que orientam currículo. A criança é o centro desse conhecimento, o professor no cotidiano escolar é o mediador, sendo a família e comunidade essenciais no processo de desenvolvimento integral da criança.

É necessário que o respeito às culturas e diferenças entre as pessoas não seja apenas pontuado na BNCC como é exemplificado no direito de *conviver*, mas que seja garantido pelas instituições no cotidiano escolar. Analisamos como desafio a incorporação no cotidiano escolar, pesquisas que enfatizaram a “pobreza” em atividades para apresentar as riquezas culturais para as crianças. Diante da complexidade dessa temática, o estudo permite a possibilidade de novas pesquisas referente aos saberes docente que são necessários para trabalhar a interculturalidade no espaço educativo de maneira significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base, Brasília, MEC/CONSED/UNIME, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretária de Educação básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 7, de 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, p. 10.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p.18. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb00509&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Conselho Nacional de Educação Básica, MEC, MEC/SAB, Brasília, **Política Nacional de Educação infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação, 2005.

BRASIL. Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 1990.

CANDAU, V. M. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 161, jul./set. 2016.

HORN, M. G. S. **Sabores, Cores, sons, aromas**. A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, A.; RIBEIRO, D. Interculturalidade e Educação Infantil: reflexões sobre diferenças culturais na infância, **Conjectura: filosofia e educação**, Caxias do Sul, RS, v. 24, e019039, 2019.

MORAIS, A. P. S.; FRANÇA-CARVALHO, A. D. A Epistemologia da Prática Docente: ponderações acerca da práxis pedagógica no espaço escolar na Educação

Infantil. **EPEduc** Revista Epistemologia e Práxis educativa, Teresina, PI. V.4, N.3. 2021.

NOVOA, A. **Profissão**: professor. 2ed. Porto, PT: Porto, 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTIAGO, M. C.; AKKARI, A.; MARQUES, L. P. **Educação Intercultural**: desafios e possibilidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Recebido em: 10/04/2022

Aprovado em: 12/05/2022

Publicado em: 18/05/2022